

## BOLETIM MINISTÉRIO DO TRABALHO

### DEFESA PERMANENTE DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO MTE



Um trabalho intensivo vem sendo realizado por servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em busca do Plano de Carreira. As ações foram retomadas através do Grupo Permanente de Discussão de Condições de Trabalho (GPCOT). Além disso, há um debate ampliado entre membros do Grupo Nacional de Trabalho - coletivo criado por meio de encaminhamentos de entidades representativas no âmbito federal. Partindo da perspectiva que a articulação política é o principal caminho a trilhar, cada Estado se manifestou em assembleia específica, a procurar integrantes da Câmara Federal, a fim de abrir um canal de diálogo contínuo.

ABRIL - No Ceará, a diretora Carmem Marques, representando o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Sinprece) e a Comissão Nacional de negociação dos Servidores do MTE, entregou a pauta da categoria ao novo superintendente regional do Trabalho no Ceará, Carlos Pimentel de Matos Júnior, durante sua posse no prédio da Receita Federal, sede do órgão.

A reivindicação dos servidores também foi compartilhada com o deputado federal José Guimarães. A sindicalista explicou a situação e solicitou uma reunião com o parlamentar, independente de ser em Fortaleza ou em Brasília, com intuito de aprofundar a argumentação acerca dos pontos expostos no documento.

**MAIO** - Semanas após ser empossado, o superintendente regional do Trabalho no Ceará, Carlos Pimentel de Matos Júnior convidou as diretoras Carmem Marques e Leda Chaves para uma reunião. O gestor demonstrou atenção sobre as pautas referentes a carreira dos trabalhadores administrativos e a realização do concurso.

**JULHO** - Os servidores do MTE, juntamente com a representante do Sinprece, estiveram com o chefe de gabinete do deputado federal José Airton. Carmem Marques expôs pontos acerca da luta nacional da categoria pela reestruturação do órgão.

**AGOSTO** - Cumprindo agenda em Brasília, o Sinprece reuniu-se com os gestores do MTE, incluindo o ministro Luiz Marinho, Carlos Pimentel de Matos Júnior, superintendente regional e com deputado federal cearense Luiz Gastão. A diretora do Sinprece defendeu o plano construído pela comissão nacional de servidores e representantes do Governo e, diante das autoridades, assegurou que não há qualquer inconstitucionalidade que possa inviabilizar a proposta protocolada junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e encaminhada ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI).



FILIADO À  
FENASPS



**ACOMPANHE NOSSAS  
REDES SOCIAIS**

 Sinprece

 Sinprece

 <http://sinprece.org.br/>

## COMISSÃO NACIONAL APONTA DEFICIÊNCIA NOS MINISTÉRIOS DO TRABALHO E EMPREGO

Servidores dos Ministérios do Trabalho e Emprego, por meio de uma carta aberta, destacaram os importantes serviços prestados à sociedade e sugeriram a implantação de ações de valorização e reestruturação do órgão.

### VEJA O CONTEÚDO NA ÍNTEGRA.

Você sabia que os Ministérios do Trabalho e Emprego são órgãos que cuidam das pessoas desde o momento em que começam a sua vida laboral até o momento da sua aposentadoria? E nós, servidores administrativos, realizamos as principais atividades do MTE/MPS, principalmente nas ações relacionadas às políticas públicas de previdência, trabalho, emprego e renda; relações do trabalho; apoio à Inspeção do Trabalho e na gestão administrativa.

As atividades acima exigem ações como planejamento, coordenação, análise, tratamento, execução e o controle das políticas públicas relacionados aos benefícios do Seguro-Desemprego; Abono Salarial, Benefício Emergencial, Bolsa de Qualificação, Registro profissional, gestão de dados diversos de milhões de trabalhadores e empregadores nas bases do E-social, CAGED e RAIS.

Os servidores administrativos atuam diretamente no lançamento e acompanhamento pelo Sistema Mediador, de registros sindicais tanto para entidades sindicais profissionais quanto para as patronais, no registro de acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e na mediação pública decorrente das negociações coletivas, além de atividades de apoio à inspeção do trabalho com o processamento das autuações por descumprimento da legislação trabalhista e instrução de processos pelos sistemas de Controles de Processos de Multas e Recursos e das Notificações relacionadas com FGTS.

Também são funções executadas pelos servidores administrativos todas as atividades relacionadas com a gestão administrativa tais como análise para liberação de recursos relacionados a benefícios, acompanhamentos de convênios, prestação de contas a órgãos de fiscalização e judiciários dentre outros.

Nos últimos 5 anos, os servidores operacionalizaram mais de 290 BILHÕES EM BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO e, durante a pandemia, por meio do BEM (Benefício Emergencial) foram mantidos 12,5 MILHÕES DE EMPREGOS COM RENDA PARA OS TRABALHADORES E MAIS DE 2,5 MILHÕES DE EMPRESAS FORAM SALVAS DA FALÊNCIA.

No entanto, hoje estamos aqui para denunciar que nós, servidores administrativos, há anos sofremos com a falta de condições de trabalho e lutamos pela remodelagem organizacional para que continuemos assegurando o trabalho decente para a população e serviços públicos de qualidade aos trabalhadores, entidades sindicais, empregadores e demais usuários dos serviços prestados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência.

Durante todos esses anos estamos trabalhando em desvio de função. Isso porque os cargos para os quais fizemos concurso não têm a amplitude necessária para a execução das atividades que ora são desempenhadas. As dinâmicas das atividades superam em muito as atribuições originais, e nós, servidores, temos de atuar com outras atribuições complexas provenientes da evolução das demandas imputadas ao órgão.

Não bastasse, nós, servidores administrativos do MTE/MPS vivemos sob pressão psicológica diária. Ou optamos por trabalhar em desvio de função, sem receber nada a mais por isso, mas garantimos cidadania à população, ou nos negamos a trabalhar em desvio de função e deixamos a população à mercê da própria sorte. Poderíamos oferecer muito mais, pois o Ministério do Trabalho por sua natureza, deveria atuar preventivamente através de mediação de conflitos pre-processuais fazendo a intermediação via entidades sindicais ou mesmo de forma individual, junto a empregadores buscando assim o pagamento de direitos trabalhistas antes que demandas se tornem processos judiciais, e somente isto já evitaria os mais de 2,8 milhões de processos trabalhistas que circulam anualmente na Justiça do Trabalho.

É importante destacar que o Brasil é o recordista em processos trabalhistas no mundo, estando em 1º lugar com mais de 2,8 milhões de processos anuais enquanto que, o segundo lugar é ocupado pela Alemanha, com menos de 600 mil processos. No Brasil, a maioria dos processos não são resolvidos em menos de 3 anos, o que gera, em média, valores de R\$5 mil a R\$6 mil de indenização por trabalhador.



Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde,  
Trabalho e Previdência Social no Estado do Ceará

FILIADO À  
FENASPS



**ACOMPANHE NOSSAS  
REDES SOCIAIS**

 Sinprece

 Sinprece

 <http://sinprece.org.br/>

O custo da Justiça do Trabalho chega a representar 39% dos R\$16,37 bilhões, em média, gastos pelo Poder Judiciário. Esse valor é quase 60% do valor total de gasto com investimento no setor público federal. Os tipos mais comuns de processos são: Reconhecimento de vínculo trabalhista; Pagamento de horas extras; Recolhimento do FGTS; Assédio moral; Intervalo intrajornada; Adicional de insalubridade; Adicional de periculosidade e Indenização por dano moral. A maioria das ações trabalhistas poderiam ser evitadas pois, em sua grande maioria, acontecem por desconhecimento da legislação, seja por parte do empregador ou do empregado.

Por isso, a maior parte dos processos envolvem pequenas e médias empresas que não tem assessoria contábil e advocatícia. Diante disto é que voltamos a afirmar que, se o governo federal fortalecesse o Ministério do Trabalho para que este cumprisse o seu verdadeiro papel perante a sociedade, valorizando seus servidores, autorizando novos concursos públicos e reestruturando o órgão poderíamos evitar milhões de processos judiciais que duram anos, são muito caros para o Estado e ainda deixam muitos trabalhadores - que não conseguem acessar a justiça para serem indenizados dos seus direitos nos quais foram lesados - desamparados. Com isso, iríamos também tirar o Brasil do lugar que ocupa como o país com o maior número de processos trabalhistas por descumprimento de legislação.

Poderíamos ainda atuar no preparo, ajuda e qualificação dos mais de 14 milhões de microempreendedores que existem no Brasil ajudando a consolidar seus projetos e ainda fazer com que milhões de brasileiros que aguardam uma oportunidade de emprego possam ver realizado seu sonho já que cada empreendedor fazendo crescer seu empreendimento, acabaria por precisar contratar pelo menos mais um trabalhador.

Por fim, vimos pedir seu apoio para que possamos lutar pelo fortalecimento do MTE/MPS com o investimento pelo governo federal em verdadeiras políticas de estado para a valorização dos seus servidores. Para isso é necessário acabar com o desvio de função com a criação de uma carreira para os servidores administrativos, realizar concurso e reestruturar o órgão, pois assim o Ministério do Trabalho e Emprego poderá cumprir seu papel perante a sociedade que é o de dar garantias e amparar a classe trabalhadora durante a sua vida laboral. Importante lembrar que são esses trabalhadores que geram toda a riqueza para o Brasil, são esses trabalhadores que pagam a maior parte dos impostos que são revestidos para a prestação dos serviços à população e são esses trabalhadores que fazem o Brasil andar sempre para frente tirando a população brasileira do quadro que consta no mapa da fome.

## COMISSÃO NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MTP

### DEFICIÊNCIAS NOS MINISTÉRIOS DO TRABALHO E EMPREGO

- ➔ Pior salário do serviço público federal no ranking das 1790 tabelas salariais;
- ➔ A diferença de salário de um servidor administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego no início de carreira e no final de carreira após ter trabalhado mais de 35 anos é de apenas R\$680,00;
- ➔ Gratificações de cargos comissionados que recebem ao longo de sua vida funcional não são incorporadas na aposentadoria;
- ➔ Cargos nominais dos servidores administrativos do MTE/MPS não têm a amplitude de atividades que ora são desempenhadas, pois as dinâmicas das atividades que exercem superam em muito as atribuições originais, pois devem atuar no planejamento, coordenação, execução, análise, tratamento, controle e avaliação por isto trabalhamos em desvio de função;



Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde,  
Trabalho e Previdência Social no Estado do Ceará

FILIADO À  
FENASPS



**ACOMPANHE NOSSAS  
REDES SOCIAIS**

 Sinprece

 Sinprece

 <http://sinprece.org.br/>

## VOCÊ SABIA?

➤ Se os servidores que estão em desvio de função cruzarem os braços poderá ocorrer um caos nas atividades do Ministério do Trabalho e Emprego, pois a suspensão das atividades que demandam trabalhos relacionados ao planejamento, coordenação, análise, tratamento, execução e o controle das políticas públicas de trabalho, emprego e renda relacionados aos benefícios do Seguro-Desemprego; Abono Salarial, Bolsa de Qualificação, Registro profissional e a gestão de dados diversos de milhões de trabalhadores e empregadores nas bases do Esocial, CAGED e RAIS tem vinculação direta com as atividades e com a participação dos servidores administrativos no lançamento e acompanhamento pelo Sistema Mediador, de registros sindicais tanto para entidades sindicais profissionais quanto para as patronais, o registro de acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e requerimentos para a mediação pública decorrentes das negociações coletivas, além das atividades de apoio à inspeção do trabalho com o processamento das autuações por descumprimento da legislação trabalhista e instrução de processos pelos sistemas de Controles de Processos de Multas e Recursos e das Notificações relacionadas com FGTS.

Que as atividades relacionadas com a gestão administrativa tais como compras, liberação de diárias, análise de processos para liberação de recursos relacionados a benefícios, contratos de prestação de serviços, análise e acompanhamento de convênios, prestação de contas a órgãos de fiscalização e judiciário dentre outros são resultados da atividade do servidor administrativo?

## CASOS CONCRETOS

- Sem o apoio dos servidores administrativos nas atividades de suporte as fiscalizações param no âmbito do Ministério do Trabalho;
- Mais de 90% dos servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego tem formação de nível superior e executam atividades específicas, sem receber nada por isso, para que o MTE/MPS continue a oferecer cidadania a população;
- A criação de um plano de carreira para os servidores administrativos tem por objetivo modernizar as funções contemporâneas exercidas pelos servidores administrativos, e a inclusão para os novos cargos de atribuições mais complexas que hoje são exercidos pelos servidores em decorrência das novas políticas públicas, tecnológicas, e das inovações administrativas, necessárias para o bom funcionamento e concessão de benefícios pagos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

## REIVINDICAÇÃO ANTIGA

- Você sabia que o Presidente Lula em 2010, quando tomou ciência do problema vivido pelos servidores administrativos, PROMETEU IMPLANTAR A CARREIRA? Mas, no entanto, apesar de ter criado mais de 170 carreiras, enquanto foi presidente, não criou a dos Administrativos do MTE/MPS?